Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A República Francesa é condenada nas despesas.

(¹) JO C 391, de 27.9.2021.

Acórdão do Tribunal Geral de 7 de setembro de 2022 — OE/Comissão

(Processo T-486/21) (¹)

(«Função pública — Funcionários — Teletrabalho — Pedido de reembolso das despesas de telefone e de ligação à Internet — Indeferimento do pedido — Exceção de ilegalidade — Admissibilidade parcial — Artigo 71.º e anexo VII do Estatuto — Dever de solicitude — Princípio da igualdade e da não discriminação — Direito ao respeito pela vida privada»)

(2022/C 418/38)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: OE (representante: G. Hervet, advogado)

Recorrida: Comissão Europeia (representantes: I. Melo Sampaio e L. Vernier, agentes)

Intervenientes em apoio da recorrida: Parlamento Europeu (representantes: M. Windisch, S. Bukšek Tomac e J. Van Pottelberge, agentes), Conselho da União Europeia (representante: M. Bauer, agente)

Objeto

Com o seu recurso baseado no artigo 270.º TFUE, a recorrente pede, em substância, por um lado, a anulação da Decisão do Serviço de Infraestruturas e Logística em Bruxelas (OIB) da Comissão Europeia, de 18 de dezembro de 2020, que indeferiu o seu pedido de reembolso das despesas profissionais decorrentes do regime de teletrabalho obrigatório e de obtenção de um dispositivo USB 4G, e, por outro, a condenação da Comissão, em primeiro lugar, no reembolso destas despesas, em seguida, na concessão de um acesso à Internet e, por fim, no pagamento de uma indemnização no montante de 10 000 euros pelos danos por si sofridos.

Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) OE é condenada a suportar, além das suas próprias despesas, as despesas efetuadas pela Comissão Europeia.
- 3) O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia suportarão as suas próprias despesas.

(¹) JO C 422, de 18.10.2021.